

REDAÇÕES 2025



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

PAULO CESAR MONTAGNER

Coordenador Geral da Universidade

FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO

COMVEST

Diretor

JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO

Diretora Adjunta

ANA MARIA FONSECA DE ALMEIDA

Coordenadora Acadêmica

MÁRCIA RODRIGUES DE SOUZA MENDONÇA

Comissão de Seleção das Redações

ANDERSON CARNIN – CYNTHIA AGRA DE BRITO NEVES

DANIELA BIRMAN – GUILHERME JOTTO KAWACHI

LUCIANA AMGARTEN QUITZAU

Secretária de Execução do Projeto

LÍLIA BRAGANÇA DA SILVA



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES

IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO – PEDRO CUNHA DE HOLANDA

SÁVIO MACHADO CAVALCANTE – VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

ORGANIZAÇÃO
COMVEST

REDAÇÕES 2025

VESTIBULAR UNICAMP | VESTIBULAR INDÍGENA

EDITORIA
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Gardênia Garcia Benossi – CRB-8ª / 8644

R245 Redações 2025 : Vestibular Unicamp ; Vestibular Indígena – Org. :
 Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest) – Campi-
 nas, SP : Editora da Unicamp, 2025

1. Redação acadêmica. 2. Universidades e faculdades – Vestibular.
3. Linguística – Coletânea. 4. Universidade Estadual de Campinas
(Unicamp) – Vestibular. I. Universidade Estadual de Campinas
(Unicamp). Pró-Reitoria de Graduação. Comissão Permanente para
os Vestibulares. III. Título.

CDD – 469.5
 – 378.1664
 – 410

ISBN 978-85-268-1790-6

Copyright © by Comvest
Copyright © 2025 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade dos autores e das autoras e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

PARTE I

VESTIBULAR UNICAMP 2025

INTRODUÇÃO

<i>A urgência da igualdade de gênero no Congresso Nacional e da regulamentação das bets no Brasil.....</i>	15
--	----

PROPOSTA 1	29
------------------	----

PROPOSTA 2	33
------------------	----

EXPECTATIVAS DA BANCA

PROPOSTA 1	39
------------------	----

PROPOSTA 2	41
------------------	----

REDAÇÕES DOS CANDIDATOS

PROPOSTA 1	45
------------------	----

PROPOSTA 2	77
------------------	----

PARTE II
VESTIBULAR INDÍGENA UNIFICADO 2025

INTRODUÇÃO

*A prova de redação no Vestibular Indígena Unificado 2025:
cultura alimentar e justiça climática em pauta.....* 113

PROPOSTA 1 133

PROPOSTA 2 137

EXPECTATIVAS DA BANCA

PROPOSTA 1 142

PROPOSTA 2 143

REDAÇÕES DOS CANDIDATOS

PROPOSTA 1 145

PROPOSTA 2 153

APRESENTAÇÃO

Não seria um exagero afirmar que a prova de redação é a mais importante do Vestibular Unicamp. Além do significativo peso na composição da nota final, ela carrega consigo as características e os diferenciais que tornam esse processo seletivo uma referência entre os vários exames de acesso ao ensino superior. A originalidade de sua perspectiva pedagógica – solicitar a escrita de textos em gêneros textuais diversos, a partir de uma situação de produção específica – muitas vezes é criticada por não ter a “previsibilidade” esperada por alguns. Afinal, não é possível saber, de antemão, quais gêneros serão exigidos a cada ano. Não há uma lista de gêneros para serem esmiuçados, “estudados” e, talvez, modelizados à exaustão. Esta última prática constitui um risco, já que pode levar a um esquema único de escrita para cada gênero, restringindo a relativa pluralidade de formas de funcionamento desses gêneros na sociedade.

A perspectiva adotada na prova de redação da Unicamp é amplamente reconhecida como uma abordagem sintonizada com as pesquisas acadêmicas sobre escrita em avaliações de larga escala e também com as orientações curriculares vigentes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nos dois casos, admite-se que a escrita é uma prática social situada: escrevemos para agir socialmente, para interagir. Dirigindo-nos

a interlocutores específicos, com algum propósito em mente, escolhemos o gênero (ou aderimos a um), considerando sempre as condições da situação comunicativa.

A comunidade que acompanha a prova de redação – candidatos/as, professores/as que preparam esses estudantes, pesquisadores/as do tema – demonstra reconhecer a pertinência do exame, a despeito de eventuais lacunas. Professores que trabalham com linguagens no ensino médio expressam sua satisfação em postagens em redes sociais e na comunicação direta com a Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (Comvest). Outros vestibulares de grande porte chegam a mencionar a Redação Unicamp como modelo inspirador para seus próprios processos seletivos.

Por isso, não hesitamos em afirmar que a identidade do Vestibular Unicamp e também do Vestibular Indígena é, em grande parte, construída pela prova de redação. A partir de textos pertencentes a gêneros diversificados, que são oferecidos como objetos de leitura, os/as candidatos/as podem acessar um repertório mínimo para produzir seus textos, e ampliá-lo, se desejarem, na concretização do seu projeto de escrita. Dessa forma, articular leituras (incluídas as experiências de vida) a fim de elaborar seus discursos é uma exigência que acompanhará os estudantes em toda a vida pessoal e social, inclusive a acadêmica.

Cumpramos ressaltar que, na redação do Vestibular Unicamp, as mediações para compreender informações e posicionar-se diante de acontecimentos e experiências apontam para práticas de linguagem sofisticadas e habilidades específicas, que só são desenvolvidas e potencializadas em um contínuo aprendizado. Esse processo, que não gira apenas em torno do ler e do escrever, abrange identificar, comparar, compreender, refutar e elaborar suas próprias réplicas.

As dinâmicas do mundo contemporâneo, as alterações e os impactos vivenciados na trajetória escolar, bem como os fluxos informacionais que surgem num mundo referenciado pelo pleno uso de tecnologias, instigam a pensar sobre a importância da leitura e da escrita como um exercício de formação para a cidadania.

Há muitos anos, o Vestibular Unicamp apresenta duas propostas originais e espera que os/as candidatos/as desenvolvam seus textos a partir de um contexto em que a leitura e a produção textual se apliquem em situações concretas de práticas de escrita. Parte desse material foi selecionada e chega ao público em mais uma edição que reúne 36 redações produzidas por candidatos/as do Vestibular Unicamp e do Vestibular Indígena. Certamente, entre milhares de textos possíveis, os que estão nesta coletânea se apropriaram adequadamente das características da prova de redação nos processos seletivos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Numa época em que se afirma que os jovens leem pouco, que não se interessam por refletir sobre a realidade ou que não têm o domínio de linguagem necessário para a produção textual, as redações selecionadas neste livro demonstram como a leitura e a escrita foram articuladas a partir das experiências sociais, históricas e culturais das autoras e dos autores que estão sendo publicados/as, pois se articularam diretamente com temas presentes no universo da juventude pré-universitária.

Nas páginas seguintes, há bons textos. Mas não há modelos excludentes, que eliminam a validade de outras formas de produzir uma resposta adequada e relevante ao comando da prova. Por isso, o conjunto de textos desta coletânea não serve como exemplos a serem seguidos ao pé da letra. Ainda assim, serve como exemplos que merecem ser conhecidos por

candidatos/as e professores/as, como baliza do que se considera um bom texto produzido na prova de redação. Os textos deste livro precisam ser compreendidos como resultado de práticas de leitura e de escrita performadas por jovens que cumpriram as exigências básicas do exame aplicado em 2025. Tais exigências, como já apontado, assentam-se na articulação entre leitura e escrita, na percepção acurada do recorte temático selecionado em cada proposta e do tipo de interlocução solicitada. Afinal, quem escreve o faz por alguma razão, dirigindo-se a alguma audiência, em algum gênero específico. Ao fazer isso, realiza uma *ação de linguagem*.

A partir da coletânea apresentada na proposta de redação e com uma leitura atenta dos textos (e da realidade, claro), os/as candidatos/as mobilizaram dados textuais relevantes para as exigências da prova, realizaram inferências condizentes com as pistas linguísticas dos textos integrantes da coletânea e produziram escritos que buscavam se aproximar do gênero configurado na proposta escolhida. Esse gênero, longe de ser apenas um molde abstrato ou uma receita vazia, funciona como indutor da escrita e como representação de práticas sociais de linguagem: indica como organizar as ideias para realizar a ação de linguagem prefigurada e delimita o tempo e o espaço de enunciação.

Convidamos à leitura das redações do processo seletivo de 2025, com a certeza de que elas expressam práticas leitoras transformadas em textos. Esses textos ocupam concretamente os contornos discursivos anunciados pelos gêneros propostos. Os/as candidatos/as cujos textos foram selecionados para esta coletânea realizaram a tarefa da prova de redação de forma consistente com o enunciado, com os textos de leitura da prova e com seus conhecimentos e experiências. Isso lhes permitiu ainda inserir, aqui e ali, marcas de sua autoria, de sua voz, esta

que insiste em transbordar das limitações do exame e vem conversar com os leitores deste livro nas próximas páginas.

José Alves de Freitas Neto

Diretor da Comvest

Márcia Mendonça

Coordenadora Acadêmica da Comvest

PARTE I
VESTIBULAR UNICAMP 2025

VESTIBULAR UNICAMP 2025

INTRODUÇÃO

A URGÊNCIA DA IGUALDADE DE
GÊNERO NO CONGRESSO NACIONAL
E DA REGULAMENTAÇÃO DAS BETS
NO BRASIL

Cynthia Agra de Brito Neves

Daniela Birman

Nesta primeira parte do livro de *Redações do Vestibular Unicamp 2025*, reunimos 30 redações que foram bem avaliadas em nosso processo seletivo obrigatório para ingresso na Unicamp. Foram selecionadas 15 redações da Proposta 1 e 15 redações da Proposta 2, nessa ordem. Trata-se de textos em que os/as alunos/as cumpriram de forma plena as tarefas de *leitura* e *escrita* propostas pela prova. Neles, os/as candidatos/as demonstraram ter *lido criticamente* os textos da prova, tanto os do enunciado quanto os da coletânea; elaborado um *projeto de texto*; selecionado informações da coletânea e, eventualmente, também de repertório próprio, para a sustentação de *argumentos* para a *produção escrita* de seus textos.

A amostra aqui apresentada é diversa, e, vale enfatizar, as redações que a compõem não são perfeitas, tampouco funcionam como modelos, no sentido de que devam ser imitadas ou copiadas; porém, todas aqui selecionadas realizaram plenamente as instruções “a” e “b” definidas nos enunciados, apropriaram-

-se dos textos da coletânea, articulando-os de acordo com os seus respectivos projetos de texto, e produziram suas redações nos gêneros discursivos solicitados em cada proposta. No caso da **Proposta 1**, um *texto de apresentação* de um Projeto de Lei (PL); já quem preferiu a **Proposta 2**, a produção escrita de um *comunicado escolar*.

Na **Proposta 1**, tal como exigido pela *situação de produção*, os/as candidatos/as assumiram a vez e a voz de um coletivo que escreve o *texto de apresentação de um Projeto de Lei*, a ser lido publicamente no plenário da Câmara dos Deputados, com o propósito de defender a paridade de gêneros no Congresso Nacional. Destaca-se a maneira como os/as candidatos/as assumiram esse lugar de interlocução para dar vida aos coletivos, batizando-os com diversos nomes: “*Juntas*”, “*Delas*”, “*Elas*”, “*Mulher é Política*”, “*Mulheres do Povo*”, “*Mais Igualdade para Elas*”, “*Mulheres pela Democracia Efetiva*”, “*Nossa voz*”, “*Elas podem*” e “*Mulheres no Poder*” –, nomes esses que revelam a presença marcante do gênero feminino, chamando atenção para a urgência de sua participação na política nacional. E, como integrantes desses coletivos, propuseram, por meio de iniciativa popular, Projetos de Lei (PL). Alguns até ganharam nomes, como o “*PL das Cadeiras*”, na criação de Elisa Brito Martire, o “*PL da Igualdade de Gênero*”, na reivindicação de Luiza de Lima Gomes, “*Elas no comando*”, no texto de Sofia Missoni Generoso, o “*PL da cota feminina no Congresso*”, no título de Mateus Fraga Maresch, que deseja não apenas aprovar o PL como também promovê-lo a uma PEC, segundo ele, “*mais afeita ao rito da Constituição*”.

A linguagem oscilou entre a formalidade e a informalidade. Se, por um lado, a proposta sugeria a elaboração de um texto para ser lido em voz alta, foram aceitos registros próximos da oralidade; por outro, ao se tratar de um texto destinado a

parlamentares, a ser lido em um ambiente político sério, também foram aceitos registros da norma-padrão, com usos lexicais e sintáticos característicos das convenções da escrita formal, tal como se espera de um cidadão que discursa na Câmara dos Deputados. Essa interlocução explicitada no texto foi bem-vinda e é possível identificá-la em algumas redações aqui selecionadas (“*senhores deputados*”, “*senhoras deputadas*”, “*deputados*”, “*colegas*”, “*caros deputados e deputadas*” etc.). Já a marcação, entre colchetes, da *performance* a ser adotada no ato da leitura não era obrigatória. Contudo, foi a estratégia estilística de Leonardo Henn de Castro Rocha em cada parágrafo: “*Em alto e bom som*”, “*indignação e confusão*”, “*olhar em volta, em silêncio, para ênfase; depois, voltar ao tom inicial*”, “*passar para um tom esperançoso*”, “*entusiasmo*”. Nota-se que cada instrução performática se relaciona com o argumento expresso no texto, o que tornou sua estratégia discursiva produtiva e não apenas ilustrativa.

De modo geral, a partir da coletânea de textos da Proposta 1, os/as candidatos/as constataram a desigualdade de gênero no Parlamento valendo-se da leitura dos números apontados nos gráficos dos **textos 2 e 3**: “*enquanto a população brasileira é 51,5% feminina e 48,5% masculina, o Congresso possui 485 parlamentares homens e apenas 109 mulheres!*”, calcula Mateus Fraga Maresch. “*Essa assimetria é intolerável!*”, indigna-se Catharina Barbosa Spiegiorin, porque representa “*uma noção distorcida da realidade nacional*”, explica Luiza de Lima Gomes. E “*essa distorção precisa ser urgentemente corrigida, a fim de que o Brasil se torne, de fato, uma democracia REPRESENTATIVA de seu povo!*”, exclama em letras garrafais Mateus Fraga Maresch. Tal desproporção na ocupação das cadeiras do Congresso Nacional evidencia “*um cenário político pouco plural*”, afirma Elisa Brito Martire, “*sintoma do machismo estrutural na*

administração pública”, reconhece Catharina Barbosa Spegorin. Essa “predominância masculina no Parlamento faz com que as pautas discutidas e aprovadas no Legislativo sejam constituídas por um viés patriarcal e, por vezes, misógino”, corroborando “a fortificação e a permanência de um ciclo extremamente desfavorável à promoção da representatividade feminina no Congresso”, conclui Luiza de Lima Gomes. Na sua síntese, “enquanto o Brasil é feminino e negro, o Congresso é masculino e branco”.

Entre os inúmeros malefícios que essa falta de representatividade feminina na Câmara e no Senado provoca na sociedade (item “a”), está o Projeto de Lei 1904/24, abordado no **texto 5** da coletânea. Trata-se de um PL, apelidado de “PL do Aborto”, que estabelece “a uma mulher vítima de estupro [...] uma pena muito maior que seu estuprador em caso de aborto”, explica Sofia Missoni Generoso, o que configura um verdadeiro “retrocesso político e social no que tange às conquistas dos direitos da mulher realizadas nos últimos anos”, constata Ana Gonçalves Nogueira, pois “as mulheres não têm participação política significativa em decisões que as envolvem, ficando sujeitas às escolhas de um grupo majoritariamente masculino”, diz Maria Eduarda Fidelis de Assis. Ademais, “pessoas do gênero masculino não são acometidas, na pele, pelas injustiças que se abatem sobre nós, mulheres”, reage Isabella Secco Weksler. Nas palavras de Elisa Brito Martire, esse PL escancara mais uma “tentativa de impor autoridade masculina sobre os corpos femininos”.

Apoiados na linha argumentativa de que “o Congresso é espelho da nossa sociedade” e, portanto, nos reflete e nos refrata, alguns exemplos Brasil afora foram destacados pelos/as candidatos/as, como o caso lembrado por Fernanda Ribeiro Loureiro Consolo, da “jovem menina [de 10 anos] que foi

estuprada e engravidou: [...] precisou realizar um aborto, [...] e ao direcionar-se ao hospital encontrou uma multidão que a xingava e o processo foi dificultado”. Ou mesmo o caso de “transfobia contra a deputada Érika Hilton, situação que só pode ocorrer em um ambiente em que mulheres trans, negras e indígenas sequer são consideradas nas discussões e, por isso, são relegadas à prostituição, ao abuso sexual e doméstico e à discriminação”, citado por Maria Eduarda Fidelis de Assis. Em um passado não tão distante, o caso do *impeachment* golpista da presidenta Dilma Roussef, assim narrado por Mateus Fraga Maresch: “basta recordar que, em 2016, estas casas destituíram a primeira presidenta da República; entre os discursos de fundamentação dos votos, quase nada se ouviu sobre embasamentos jurídicos, mas muita misoginia foi reproduzida”.

Diante desse cenário político e social machista, misógino, transfóbico, patriarcal, constituído por um Parlamento que contempla “preferencialmente homens brancos e heterossexuais” (**texto 1**), tal como descreve Maria Elisa Silva Morita, Manuella de La Cerda Abelha Futuro questiona: “quantas mulheres precisarão ser estupradas, violentadas em sua própria casa e mortas, para que os senhores estejam dispostos a incluir a identidade feminina nesses espaços políticos que, atualmente, traçam nossos trágicos destinos?”. O exemplo positivo de maior equidade de gênero na Câmara e no Senado no México, no **texto 4** da coletânea, é então usado pelos/as candidatos/as como um encaminhamento que “vem colhendo bons frutos” (Maria Eduarda Fidelis de Assis), servindo “de exemplo para outras organizações, que poderão, a partir disso, aumentar a paridade em seus cargos, inspiradas pelo espelho do Congresso”, sugere Isabella Secco Weksler. Sofia Missoni Generoso também considera “indispensável [...] estabelecer a igualdade de gênero nas cadeiras do Congresso Nacional”, ciente de que isso é apenas

o início. Para ela, “é necessário [ainda] instaurar igualdade nos três poderes e em organismos públicos autônomos”, pois “uma representação política mais igualitária pode nos levar a um cenário de maior justiça social no país” (item “b”), assim como aconteceu na Reforma Constitucional de 2014 e 2019 no México, quando “esse avanço foi não só alcançado, como demonstrou um caminho para a nova política” – vislumbra.

Apoiada nos **textos 1 e 6** da coletânea, Sofia acredita que “temas como gênero, aborto, cotas na política, violência doméstica, violência contra crianças e adolescentes, saúde e educação” serão amplamente discutidos e ganharão mais visibilidade. É nesse sentido que argumenta também a candidata Ana Gonçalves Nogueira, segundo a qual, uma representação mais expressiva e ampla de mulheres na Câmara e no Senado abriria “caminhos para a discussão de pautas como a violência contra crianças e adolescentes e pautas educacionais, por exemplo, [...] iniciando uma ruptura no machismo estrutural que permeia a sociedade brasileira”. Inspirada na deputada Soraya Santos (**texto 6**), Elisa Brito Martire afirma que “uma participação mais igualitária na política, certamente, contribuirá com [...] pautas como a violência infantil, a educação e a saúde do povo brasileiro como um todo”, na medida em que, “com poder decisório, deputadas poderão lutar pela maior punição do assédio, por mais direitos trabalhistas para as brasileiras e, entre tantas outras coisas, pela garantia do já previsto burocraticamente, como o acesso ao aborto em caso de estupro. Tarefas inadiáveis para a justiça, não é mesmo?” – provoca Catharina Barbosa Spegiorin.

Ainda na esteira do **texto 6**, os/as candidatos/as consideram inaceitáveis os “mecanismos fraudulentos” (Luiza de Lima Gomes) que criam “cotas de inclusão irrisórias”, obrigando “os partidos a reservarem 30% das candidaturas para as mulheres, porém, na prática, essas vagas são preenchidas por ‘candidatas